PROCESSO TC nº 13.185/21

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Campina Grande, ***Sr. Antonio Hermano de Oliveira,*** concedendo aposentadoria voluntária com proventos integrais a ***Sra. Maria Arlinda dos Santos,*** matrícula nº 10093, Assistente de Enfermagem I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, que contava, à época, com 29 anos, 03 meses e 05 dias de tempo de contribuição e idade de 57 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPjTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho
Conselheiro - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria – A Nº 0103/2021] e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

Antônio Gomes Vieira Filho
Conselheiro - Relator

Processo TC nº **13.185/21**
Objeto: Aposentadoria
Interessado(a): ***Maria Arlinda dos Santos***
Órgão: **Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Campina Grande**
Gestor Responsável: ***Antonio Hermano de Oliveira***
Procurador/Patrono: **Não Há**

Aposentadoria voluntária com proventos integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 1.889/2021

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 13.185/21,** referente aposentadoria voluntária com proventos integrais da ***Sra. Maria Arlinda dos Santos,*** matrícula nº 10093, Assistente de Enfermagem I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, acordam os Conselheiros integrantes da ***1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA***, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório [Portaria – A Nº 0103/2021], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.
TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 16 de dezembro de 2021.

Assinado 20 de Dezembro de 2021 às 10:21

Cons. Antônio Nominando Diniz Filho
PRESIDENTE

Assinado 17 de Dezembro de 2021 às 10:43

Cons. Antonio Gomes Vieira Filho
RELATOR

Assinado 21 de Dezembro de 2021 às 09:21

Elvira Samara Pereira de Oliveira
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO